



SINDICATO DOS
TRABALHADORES NO
SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

154

SET/OUT 2014



FILIADO À **CONDSEF**



Eleição para diretoria biênio 2015-2017 02 A 05 DE DEZEMBRO

Pág. 05



19º CONGRESSO DO SINDSEF-SP “AVANÇAR NO TRABALHO DE BASE - CONTRA A CRIMINALIZAÇÃO DO MOVIMENTO”

Págs. 03, 04 e 05

EDITORIAL | O IMPOSTO DE RENDA E SUA DEFASAGEM Pág. 02
GIRO NOS ÓRGÃOS | MINISTÉRIO DA SAÚDE, IPEN, CULTURA, INCRA, SESAI, DNPM Págs. 06 e 07
JURÍDICO | A APOSENTADORIA ESPECIAL DO SERVIDOR PÚBLICO Pág. 08

www.sindsef-sp.org.br





O Imposto de Renda e sua defasagem

Por Eric Gil Dantas, do ILAESE

Desde 2011, quando o Governo Federal estabeleceu a lei de número 12.469, o índice de reajuste do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF) vem tendo seu ajuste relativo ao que o Banco Central do Brasil estabelece como centro da meta de inflação, 4,5% para todo este período.

Mas qual é o problema disto? Desde então a inflação ficou acima da meta, criando uma defasagem do que é reajustado como faixas salariais para cada alíquota. Com isto, o Governo empurrou uma quantidade enorme de trabalhadores que pagavam alíquotas menores para alíquotas maiores.

Para se ter uma ideia, os trabalhadores isentos do Imposto de Renda, hoje, não deveriam ser os que ganham até R\$1.710,78, e sim os que recebem até R\$2.699,44, 57,8% de diferença!

Como podemos ver, este resíduo, apesar de menor do que nos primeiros anos da tabela, vem aumentando constantemente. O acumulado entre os anos de 1996 a 2014 chega a 57,8%, e nos últimos quatro anos, desde a formulação da última lei, a média de crescimento é de 1,57% ao ano.

COMO É HOJE? COMO DEVERIA SER?

Esta defasagem cria um cálculo de imposto também defasado.

Com a comparação das tabelas apresentadas a seguir, podemos perceber que diversas categorias entraram nas faixas de não isenção do IR apenas porque o governo não as atualizou como deveria. Ou seja, hoje só é isento quem recebe até R\$1.710,78 por mês, mas este número, se reajustado, deveria ser de R\$2.699,44, uma diferença de R\$988,66, mais do que um salário mínimo.

Este é só mais um capítulo da distorção tributária brasileira, que faz com que quem tenha mais, pague menos. A reforma tributária é algo urgente no Brasil, não só nos impostos diretos, mas também nos indiretos (que está embutido na alimentação, transporte, saúde, etc.) e nas taxas de grandes fortunas.

Caso fosse corrigida para equivaler ao primeiro ano estudado, 1996, a tabela deveria ser da seguinte forma:

Tabela Progressiva para o cálculo mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física para o exercício de 2014 (Como deveria ser)

Base de cálculo mensal em R\$	Alíquota %	Parcela a deduzir do imposto em R\$
Até 2.699,44	-	-
De 2.699,45 até 4.045,59	7,5	202,46
De 4.045,60 até 5.394,19	15	505,87
De 5.394,20 até 6.740,14	22,5	910,45
Acima de 6.740,14	27,5	1247,46

FONTE: SINDIFISCO NACIONAL; BANCO CENTRAL DO BRASIL

Em contra ponto à tabela do ano atual, que está da maneira a seguir:

Tabela Progressiva para o cálculo mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física para o exercício de 2014 (Como ela está)

Base de cálculo mensal em R\$	Alíquota %	Parcela a deduzir do imposto em R\$
Até 1.710,78	-	-
De 1.710,79 até 2.563,91	7,5	128,31
De 2.563,92 até 3.418,59	15	320,6
De 3.418,60 até 4.271,59	22,5	577
Acima de 4.271,59	27,5	790,58

FONTE: SINDIFISCO NACIONAL; BANCO CENTRAL DO BRASIL

PRESTAÇÃO DE CONTAS - 2014

	JUNHO	JULHO	AGOSTO
SALDO INICIAL	R\$ 102.057,17	R\$ 102.256,63	R\$ 116.934,00
TOTAL DAS RECEITAS (Consignações dos filiados, pagto. em-préstimos, aplicação da poupança etc.)	R\$ 202.423,46	R\$ 199.715,84	R\$ 196.995,29
DESPESAS			
ADMINISTRATIVO (Despesas com mudança, aluguel da sede central e do núcleo de Pirassununga, custas processuais, manutenção da sede, copa e limpeza, material de escritório etc.)	R\$ 19.739,49	R\$ 14.999,96	R\$ 22.086,35
FUNCIONÁRIOS (Rescisões de contrato, FGTS, salários, seguro saúde, INSS, VR, VT etc.)	R\$ 66.781,57	R\$ 62.290,34	R\$ 76.468,40
SINDICAL (Assembleias, palestras, seminários, atos etc.)	R\$ 30.112,65	R\$ 27.864,45	R\$ 30.535,03
CONTRATOS / PRESTADORES DE SERVIÇOS (Contabilidade, Jurídico, informática, motoboy, vigia noturno etc.)	R\$ 38.687,78	R\$ 36.453,22	R\$ 35.089,89
IMPRENSA (Jornal, boletins, cartazes, faixas, assinatura Folha de São Paulo)	R\$ 15.742,11	R\$ 714,90	R\$ 8.199,95
CORREIOS (Envio de jornal, impresso especial etc.)	R\$ 199,71	R\$ 4.975,00	R\$ 6.581,86
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL (CONDSEF CSP-Conlutas etc.)	R\$ 26.247,62	R\$ 26.052,12	R\$ 26.052,12
VEICULO (Seguro, combustível, pedágio, estacionamento etc.)	R\$ 1.803,94	R\$ 4.254,92	R\$ 1.321,23
TELEFONES (Celulares e Telefônica)	R\$ 2.909,13	R\$ 7.433,56	R\$ 3.336,92
TOTAL DAS DESPESAS	R\$ 202.224,00	R\$ 185.038,47	R\$ 209.671,75
RESULTADO RECEITAS (-) DESPESAS	R\$ 199,46	R\$ 14.677,37	R\$ -12676,46
SALDO FINAL	R\$ 102.256,63	R\$ 11.6934,00	R\$ 104.257,54

FISCALIZE AS CONTAS DO SEU SINDICATO! ESSE DINHEIRO TAMBÉM É SEU.

Expediente:

JORNAL DO SINDSEF-SP - Publicação mensal do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo - Rua Alvares Penteado, 97 - 6º andar, Centro, São Paulo/SP - CEP: 01012-001
 Tel.: (11) 3106-6402 | (11) 5085-1157 | Site: <http://www.sindsef-sp.org.br> | Facebook: [sindsef-sp](https://www.facebook.com/sindsef-sp) | E-mail: imprensa@sindsef-sp.org.br | Jornalistas responsáveis: Fábica Corrêa (MTB 31270/RJ) / Lara Tapety (MTE 1340/AL)
 Colaborou para esta edição: Eliana Maciel | Tiragem: 7.000 Exemplares | Projeto Gráfico / Diagramação: Lara Tapety | Impressão: Grafis Soluções Gráficas Ltda.



19º CONGRESSO DO SINDSEF-SP “Avançar no trabalho de base – Contra a criminalização do movimento”

Nos dias 26 e 27 de setembro, o 19º Congresso do Sindsef-SP reuniu servidores da ativa e aposentados de diferentes órgãos da base. Os delegados debateram e aprovaram as propostas apresentadas na tese “Avançar no trabalho de base – Contra a criminalização do movimento”, acrescentando algumas contribuições ao texto original.

O congresso começou com uma singela homenagem a alguns dos servidores e companheiros de luta que tombaram neste último ano. A delegada de base Beth Lima e a diretora Bernadete Serafim, emocionaram o plenário com suas saudações aos aposentados e ao amigo Dirceu Travesso, membro da CSP-Conlutas.

Em seguida foi formada uma mesa de abertura composta por representantes do Sindicato dos Metroviários/SP, do Sindtest/PR, do Sinsprev/SP, da Condsef, do Fórum Nacional dos Servi-

dores Públicos Federais, da CSP-Conlutas, além da Oposição/DF e do Mov Lutas/CE. Também foram convidados os partidos que defendem propostas que dialogam com os anseios da classe trabalhadora, como o PSTU, PSOL e PCB. Porém só compareceu a candidata ao senado, Ana Luiza (PSTU).

O presidente do Sindicato dos Metroviários, Altino Prazeres, agradeceu a solidariedade da base do Sindsef-SP, que apoiou os metroviários na última greve e na campanha pela readmissão dos 42 demitidos de forma autoritária pelo Governo do Estado.

Carla Colbachini, representando o Sindtest/PR, denunciou a truculência policial usada contra os ativistas que lutavam contra a privatização do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná. “Que em 2015 as nossas lutas se unifiquem cada vez mais e que a gente consiga a avançar nas nossas greves e nos enfrentamentos com o governo”.



Foto: Fábria Corrêa

Paulo Barela, representando o Fórum dos Federais, falou sobre a construção do Seminário Nacional dos Servidores Públicos Federais, previsto para ocorrer entre os dias 14 e 16 de novembro. O objetivo é fazer um balanço dos processos de lutas desde 2012 e, principalmente, organizar a campanha salarial de 2015.

As demais saudações refletiram o processo eleitoral do país e sua con-

sequência para os servidores públicos federais. Os convidados também expressaram a importância do apoio do Sindsef-SP nas lutas da classe trabalhadora.

Após as saudações, Ismael Silva, diretor da Secretaria de Assuntos Jurídicos, e Joselice Rocha, diretora da Secretaria de Formação Política Sindical, apresentaram a tese que norteou os debates do congresso.

Conjuntura e Balanço e Planos do Movimento dos Federais

Para ajudar nas discussões dos grupos, Paulo Barela, da CSP-Conlutas, fez uma análise de conjuntura e falou sobre os próximos passos do movimento dos federais. Construiu uma linha do tempo falando da greve do funcionalismo de 2012, das grandes mobilizações de 2013, dos processos de luta do primeiro semestre de 2014, das reações do governo em

relação aos movimentos e comentou a situação econômica do país e no mundo.

Ele apontou dados para mostrar que os efeitos da crise mundial começam a ser sentidos nos países que compõem os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). O crescimento econômico vem desacelerando, como é o caso do Brasil e da China. Tudo isso combinado ao aumento da inflação, que aqui no Brasil deve chegar na casa dos 10% este ano.

Estes acontecimentos influenciam diretamente nas reivindicações dos Servidores Públicos, pois nem os servidores, nem o Brasil, estão isolados do resto mundo. É preciso se preparar para os ataques pós-eleições, pois, independente de quem for eleito, os

grandes empresários já garantiram sua parte com o financiamento das campanhas. “A realidade é manter o lucro do capital e isso significa tirar direito dos trabalhadores”, lembrou.

Barela encerrou falando da importância da participação dos ativistas de base no Seminário Nacional dos SPFs para reproduzir o debate nos locais de trabalho.



Foto: Fábria Corrêa



Foto: Fábria Corrêa



Balanco e Planos da Diretoria do Sindsef-SP

O segundo dia do congresso foi o momento para analisar a prestação de contas da entidade e debater a atuação e planos da diretoria. Desde 2011 o Sindsef-SP divulga os gastos mensais do sindicato no jornal impresso e na página da internet (www.sindsef-sp.org.br). Esta iniciativa permite que os servidores acompanhem toda a movimentação financeira do sindicato.

O Conselho Fiscal apresentou a prestação de contas, que já havia sido analisada e aprovada por todos os membros. Os delegados puderam acompanhar através do balancete de 2013 algumas reduções nas despesas do sindicato, como por exemplo, o valor gasto com aluguel. Os documentos fiscais também foram disponibilizados para consulta dos servidores. Os participantes reivindicaram a realização de um Seminário Financeiro para discutir

o planejamento estratégico da próxima gestão e em seguida, após debate, aprovaram as contas do sindicato.

A diretora Joselice Rocha, fez um breve relato das lutas e ações da diretoria para aproximar o Sindsef-SP da base: Assembleias, Conselhos de Base, caravanas, oficinas de debates e palestras foram alguma das atividades realizadas durante o último ano. Ela também comentou a greve dos servidores da Cultura, que em São Paulo contou com adesão do IPHAN e da Fundação Palmares.

O sindicato esteve presente nas mobilizações que questionaram os gastos com a Copa, denunciando que o governo investiu bilhões do dinheiro público na construção de estádios e se manteve irredutível para atender as justas reivindicações dos trabalhadores.



Foto: Fábria Corrêa

Avançar na organização por local de trabalho e eleger delegados de base continua sendo prioridade para a atual diretoria. Neste sentido é necessário ampliar o número de delegados cientes da importância do seu papel para levar as demandas locais até o sindicato. Do debate nos grupos também resultaram importantes contribuições, no sentido de fortalecer o Sindsef-SP, como

por exemplo organizar seminários de formação periódicos, fortalecer a atuação do Conselho de Base e ampliar o número de assembleias estaduais, retomar a campanha de filiação, conscientizar os servidores novos sobre a importância do sindicato, etc.

(Leia a tese completa e todas as propostas aprovadas no congresso em www.sindsef-sp.org.br)

19º Congresso reafirma a luta contra a opressão

O painel dedicado ao combate às opressões, que já é uma tradição nos congressos do Sindsef-SP, contou com a presença de Carla Colbachini do Movimento Mulheres em Luta, Paula Nunes do Movimento Nacional Quilombo Raça e Classe e Thiago Clemente do Setorial LGBT da CSP-Conlutas. As diretoras Bernadete Serafim, Deolinda Fernandes e Inês Santos mediaram este debate.

Este ano, frente ao crescimento da violência contra as mulheres, negros e LGBTs, o tema ganhou ainda mais destaque. Fazer este debate é imprescindível, pois a luta contra a exploração dos trabalhadores precisa estar ligada ao combate direto e cotidiano a todas as

formas de opressão.

Claudia Colbachini abordou diferentes formas de machismo - em particular a violência física - e como isto se expressa nos locais de trabalho. Destacou que “as mulheres são maioria na Administração Pública, mas apenas 22% dos cargos de DAS 6 são ocupados por elas”. Apontou a desvalorização salarial decorrente da discriminação de gênero e a precarização dos serviços públicos, que atinge principalmente as mulheres e destacou a importância da luta contra o machismo.

Na sequência Paula Nunes falou sobre o genocídio da juventude negra e a luta destes jovens por direito a um futuro. Apontou pesquisas que mostram que a principal causa de mortes dos negros é o homicídio, que os jovens negros têm 159% mais chances de morrer do que os jovens brancos e que hoje um jovem negro é assassinado a cada 25 minutos. Em alusão as recentes ofensas racistas que comparam os negros a macacos, ela retrucou “Não somos macacos, nosso lugar não é na jaula e sim na luta com o conjunto da classe trabalha-



Foto: Fábria Corrêa

dora e demais oprimidos”.

Thiago Clemente dialogou sobre a contradição existente no aumento da visibilidade dos LGBTs – citou o beijo gay e lésbico na novela, a inclusão da pauta LGBT nesta eleição e a presença deste tema nas conversas do cotidiano - mas que não impede o crescimento

da violência motivado pela homofobia. Thiago também comentou sobre a falta de dados oficiais a respeito da violência contra os LGBTs. Os dados que existem são compilados pela ONG Grupo Gay da Bahia, pois o poder público não produz pesquisas sobre este tema.

O plenário contribuiu com o debate compartilhando situações do cotidiano e interpelando os palestrantes sobre iniciativas para combater estas práticas.

O Sindsef-SP alerta que a reprodução de práticas machistas, racistas e homofóbicas, traduzidas muitas vezes em brincadeiras e piadas, são portas de entrada para o assédio moral no serviço público.



Foto: Fábria Corrêa



Foto: Fábria Corrêa

**FIQUE
ATENTO!**

Eleição da nova diretoria do Sindsef-SP ocorre de 02 a 05 de dezembro

Está chegando a hora de eleger a nova diretoria do Sindsef-SP que conduzirá o sindicato no biênio 2015/2016. A votação ocorre nos dias 02, 03, 04 e 05 de dezembro de 2014. Também será eleito o novo Conselho Fiscal da entidade.

Em atendimento ao Artigo 27, parágrafo terceiro do estatuto da entidade, a Comissão Eleitoral e os procedi-

mentos do pleito, foram definidos em Assembleia Geral Estadual realizada em 08 de outubro.

A assembleia contou com a presença dos atuais diretores, de servidores de diversos órgãos e do Departamento Jurídico do Sindicato, que passou as orientações para o processo eleitoral, bem como o calendário, com os prazos para o pleito.

Paulo Barela, membro da Secretaria Executiva da CSP-Conlutas, também acompanhou a atividade e falou da importância do Sindsef-SP para a organização da Central.

Os presentes elegeram a Comissão Eleitoral, composta pelos seguintes servidores: Carlos Daniel Toni, Glauber Giroto e Pedro Paulino.

As chapas interessadas em concorrer deverão se inscrever até o dia 31 de Outubro de 2014, às 18 horas, na sede do sindicato, situada à Rua Alvares Penteado, nº 97 – 6º andar, Centro/SP, junto à Coordenação Administrativa da entidade. Para o Conselho Fiscal as inscrições são individuais e devem ser realizadas dentro do mesmo prazo.



A Comissão Eleitoral divulgará até 14 de novembro de 2014, aos integrantes das chapas e a toda a categoria os locais onde ocorrerão as votações.

Todos os servidores filiados até 02 de setembro de 2014 e em dia com as obrigações sindicais estão aptos a votar.

Assembleia Geral Estadual do Sindsef-SP, 08 de outubro de 2014



Foto: Fábria Corrêa

MTE

É hora de se mobilizar para reagir de forma organizada aos ataques

Os servidores administrativos do Ministério do Trabalho e Emprego realizaram um encontro setorial durante o 19º Congresso para debater iniciativas de mobilização no setor, principalmente contra o projeto do Sistema Único do Trabalho (SUT).

Os servidores enviaram uma carta ao plenário denunciando a situação crítica do órgão e os ataques que enfrentam. O documento foi aprovado por unanimidade na plenária final.

Entre as denúncias está a publicação de um memorando da Secretaria Executiva, onde definem que os servidores administrativos devem atender todos os trabalhadores que procurem o órgão, independente de agendamento, e consideram a impossibilidade de atendimento como descumprimento de ordem legal.

Mais uma vez a falta de condições de trabalho e o número insuficiente de servidores são ignorados pelos gestores do MTE, que com

essa medida aumentam o clima de insatisfação e a pressão sobre os poucos funcionários que resistem bravamente trabalhando nos setores de atendimento ao público, onde o processo de sucateamento é mais sentido.

Na SRTE/SP, o trabalhador que recorre aos serviços oferecidos pelo órgão pode aguardar até cinco meses para ser atendido no seguro-desemprego, por exemplo. Se a procura for para emissão de carteira profissional de estrangeiros esta espera chega a dois meses e a situação se repete na emissão de Registro Profissional e Rais/Caged.

Para piorar, no dia agendado, depois de meses esperando, o trabalhador ainda corre sérios riscos de encontrar o sistema inoperante ou sem sinal da internet. Diante das atuais condições é humanamente impossível conseguir atender os usuários sem agendamento prévio.



Setorial do MTE se reúne durante o 19º Congresso do Sindsef-SP

Foto: Fábria Corrêa

A natureza dos serviços oferecidos pelo MTE atrai diariamente um grande número de pessoas, filas quilométricas se formam na porta do órgão. Porém, com o contingente de servidores existente é impossível dar conta desta demanda.

Os servidores alertam que este ataque é uma tentativa de configurar a necessidade de implantação do

SUT, que levará a um processo de terceirização em larga escala. Portanto, mais do que repudiar o teor do memorando, é hora de mobilizar os servidores em nível nacional para que procurem seus sindicatos e peçam a adoção de medidas políticas que defendam a categoria.

(Leia no site a carta aprovada no 19º Congresso)



MINISTÉRIO DA SAÚDE

IPEN

Denúncia de Assédio Moral em Bertioga

O Sindsef-SP esteve em Bertioga, no gabinete do secretário de saúde Manoel Prieto Alvarez, para pedir a devida apuração sobre denúncia de prática de assédio moral contra dois servidores do Ministério da Saúde que atuam no combate a endemias na região.

Infelizmente alguns gestores transformam o ambiente de trabalho em um lugar hostil prevalecendo-se do cargo para humilhar e constranger os que estão sob seu comando.

As vítimas do assédio relatam desvio de função, perseguição no local de trabalho e falta de urbanidade da chefia imediata no tratamento com os subordinados.

Segundo eles, constantemente eram obrigados a realizar trabalhos que nada tinham a ver com suas atribuições (agentes de endemias), tais como: Mudança de mobiliários de unidades de saúde, limpar barracas do mercado municipal de peixe, limpar terrenos baldios e até realizar mudança domiciliar da chefia.

Além disso, foram forçados a participarem de mutirões aos sábados sem receber verbas para deslocamento, alimentação, sem



hora extra e sem ao menos ter garantido o descanso durante a semana.

Quando passaram a questionar os desmandos do chefe, foram colocados a disposição do Ministério da Saúde e em seguida transferidos para outro município. Porém, ainda carregam sequelas do assédio moral: A saúde foi afetada! A pressão arterial descontrolada e taquicardia são reflexos do processo de humilhação e constrangimento.

O secretário geral do sindicato, Carlos Daniel, realizou duas reuniões com o secretário de saúde para levar a situação ao seu conhecimento. Na ocasião do segundo encontro as vítimas do assédio participaram e relataram vários episódios.

O Sindsef-SP está colhendo mais informações com testemunhas para entrar com um requerimento administrativo pedindo a devida apuração dos fatos e punição cabível.

TCU muda as regras de concessão das férias de 40 dias

O Tribunal de Contas da União (TCU) considerou irregular a extensão do benefício das férias de 40 dias, divididas em dois semestres, para os servidores da CNEN que não operam “direta e permanentemente com raios X ou substâncias radioativas”.

Esta mudança cria uma situação de discriminação entre os servidores, pois aqueles que ainda não usufruíram da segunda parcela de suas férias não poderão tirar os 20 dias restantes e, em alguns casos, será preciso devolver parte do adicional de um terço de férias.

É inadmissível que os funcionários sejam prejudicados por algo que não dependeu deles, simplesmente por agirem de acordo com as regras estabelecidas pela CNEN. Agora a autarquia irá tratar seus servidores de forma diferenciada por conta de um calendário?

Vale lembrar que desde 2010 todos os servidores da CNEN usufruíam destes 20 dias de férias por semestre, em cumprimento de determinação da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão.

O Sindsef-SP e ASSIPEN estão debatendo com os servidores as possíveis medidas para reverter mais este ataque. Os advogados do sindicato foram acionados e estão estudando o tema para indicar iniciativas jurídicas.

CULTURA

Servidores alertam para tentativa do MinC de simular negociação

Continua sem avanços as reivindicações dos servidores da Cultura. Visando manter o processo de mobilização, o setor realizou um encontro nacional em 13 de agosto, na sede da Condsef.

A pauta girou, principalmente, sobre a judicialização do processo de greve e a elaboração de uma resposta formal dos servidores sobre um processo seletivo para formação de uma comissão mista que discutiria encaminhamentos para o plano de carreira do MinC, autarquias e fundações vinculadas.

Sobre a judicialização da greve, o governo segue sem estabelecer uma mesa de negociação. No entanto, a liminar que julgou a ilegalidade do movimento não foi suspensa como constava da decisão do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Napoleão Nunes.

ALERTA - Na sequência, os participantes alertaram que a participação de representantes dos servidores na comissão mista criada pelo MinC poderá legitimar um falso ambiente de negociação.

Segundo a Condsef, a criação desta comissão foi rechaçada nas plenárias nacionais do setor, pois significaria mais uma mesa de enrolação e não teria nenhum poder de decisão. Um processo de negociação efetivo deve envolver o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

Este entendimento inclusive já foi notificado ao MinC, em reunião realizada no dia 03/07. Os servidores lembram que diversas propostas já foram elaboradas no âmbito do ministério, sem nenhum resultado concreto.

Outra questão é que algumas das entidades vinculadas já fizeram seus planejamentos estratégicos e planos de carreira independentes do MinC, como é o caso do IPHAN. Estas propostas encontram-se bem adiantadas e não devem ser desconsideradas.

SEMINÁRIO - No encontro também foi aprovada a realização de um seminário na 2ª quinzena de novembro, em Brasília, que terá como tema central “Gestão e Políticas Públicas para a Cultura”.



INCRA

Servidores apostam no fortalecimento das entidades nacionais para enfrentar os próximos embates

Em agosto, ocorreu o Encontro Nacional dos Servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inkra) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O evento reuniu representantes de dezesseis estados e teve como principal destaque o veto da presidente Dilma à emenda 35 da MP 632/13, que tratava da equiparação da tabela dos servidores do Inkra com os do IBAMA e a importância de fortalecer a unidade para enfrentar os próximos embates.

Entre as iniciativas aprovadas, está a consulta à base sobre a criação de uma carreira agrária, abrangendo servidores do Inkra e MDA, e a definição sobre a referência salarial (área ambiental, MAPA ou elaborar uma proposta) que deve ser adotada na próxima Campanha Salarial. Após esta definição, que a Condsef busque

retomar a mesa setorial do INCRA, para construir estratégias de negociação junto ao governo.

Também foi aprovada solicitação dos servidores de São Paulo para que a Cnasi e a Condsef cobrem esclarecimentos sobre a instalação do ponto eletrônico nas superintendências do Inkra e acompanhem esse processo. A principal preocupação da categoria é a falta de clareza sobre os critérios adotados para controle de frequência.

Os servidores do Inkra/SP, em assembleia realizada dia 25/09, aprovaram por ampla maioria manter a tabela do MAPA como referência para equiparação salarial. Os participantes resgataram que a luta pela equiparação com o MAPA é histórica e a inclusão da carreira da área ambiental no debate não passou pela avaliação da base.



Peritos agrônomos protestam contra veto presidencial

Foto: Divulgação SindPPA

CNASI - Em assembleia da Assincra-SP, os servidores do Inkra/SP decidiram por sua reafiliação à Cnasi (Confederação Nacional das Associações dos Servidores do Inkra). A avaliação dos servidores é de que o momento é de fortalecimento das entidades nacionais para os futuros enfrentamentos da categoria.

Além disso, também há o entendimento de que é preciso participar internamente dos processos para contribuir com a construção de uma entidade mais forte e representativa.

A desfiliação ocorreu em fevereiro de 2010, após uma série de ações que abalou a confiança dos servidores na entidade.

SESAI

Servidores irão debater a privatização do órgão em audiência pública

Em setembro, representantes dos servidores da SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena, participaram de uma Reunião Ampliada da Mesa Nacional de Negociação Permanente da Saúde para debater, principalmente, a criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena (INSI). O Secretário da SESAI, Antônio Alves, se esforçou para explicar o teor da proposta, mas não conseguiu convencer os representantes da categoria.

Para os servidores, a criação deste Instituto significa a privatização da SESAI, secretaria responsável pela atenção à saúde dos povos indígenas. A natureza jurídica do INSI é de empresa pública de direito privado e os servidores contratados para atuar no instituto seriam celetistas, como na iniciativa privada.

Os representantes da categoria também resgataram a existência de um termo de conciliação judicial, resultado de uma ação do Ministério Público Federal do Trabalho contra o governo federal, que prevê a realização de concurso público, o que torna a possibilidade de contratação via CLT um acinte. Este documento é válido até 14 de outubro.

Pressionado, o Secretário se comprometeu em enviar para a Condsef a minuta do projeto de criação

do INSI e de não enviar a matéria para votação no Congresso até a data da próxima reunião da Mesa de Negociação da Saúde, prevista para 14 de outubro.

Após a reunião os servidores realizaram o Encontro Nacional dos Servidores da Saúde, onde aprovaram a elaboração de um documento jurídico para enviar ao MPFT e reforçar o termo de conciliação. Também ficou definido que os sindicatos devem articular audiências públicas nos estados, nas câmaras municipais e assembleias legislativas, para discutir a proposta do INSI e protestar contra a privatização da SESAI.

Além disso aprovaram a realização de um ato em Brasília, no dia da audiência pública sobre o termo de conciliação judicial, visando pressionar o governo a voltar atrás na criação deste projeto.

Gratificação

Outro tema debatido nestas atividades foi a gratificação para os servidores do Sesai. Segundo o secretário Antônio Alves a proposta continua em tramitação.

O que ele não informou é que mais uma vez a gratificação foi deixada de lado, pois o governo não incluiu no orçamento de 2015. Nesse caso, ainda que seja criada neste ano, ela só será efetivada em 2016.

Problemas enfrentados nas superintendências

DNPM

No final de agosto, uma comissão de servidores do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) participou de reunião com representantes da secretária-executiva adjunta do órgão para tratar da insatisfação dos trabalhadores do setor.

Entre os problemas destacados estão: contratos com terceirizados comprometidos por falta de orçamento, necessidade de reformas urgentes nas instalações físicas de algumas unidades, falta de perspectiva positiva dos servidores e designação/nomeação de pessoas para cargos de chefias sem o devido conhecimento técnico e/ou urbanidade para com os servidores e colaboradores.

Na reunião os servidores apontaram a falta de comunicação e de planejamento como os principais elementos responsáveis por não se encontrar solução para os problemas apresentados.

Apesar de reconhecerem a situação crítica da autarquia, os representantes do DNPM não apontaram nenhuma iniciativa que vise solucionar os problemas apontados. Uma nova reunião deve ser agendada para continuar acompanhando a situação.



A aposentadoria especial do servidor público

A aposentadoria especial é um direito já consolidado, por décadas, aos trabalhadores da iniciativa privada. Aos trabalhadores do serviço público, a aposentadoria especial foi prevista na Constituição a partir de Emendas aprovadas pelo Congresso, cujo direito está condicionado à edição de lei complementar.

A aposentadoria especial, em resumo, se refere às regras específicas para aqueles servidores que estiveram expostos à condições e ambientes de trabalho insalubres, perigosos e/ou penosos. No entanto, mesmo estando prevista no artigo 40, § 4º da Constituição da República, a necessária lei complementar, até o presente momento, não foi editada.

Assim, diante da falta de lei que regulamente a aposentadoria especial no funcionalismo público, não restou outra alternativa às Entidades senão o ajuizamento de ação judicial perante o STF para que fosse, efetivamente, garantido esse direito ao servidor.

Como exemplo dessa iniciativa, o Mandado de Injunção n. 880, impetrado pela Condsef, foi julgado parcialmente procedente pelo Ministro Eros Grau, cuja decisão foi publicada no Diário da Justiça em 12 de maio de 2009.

A decisão reconheceu “a falta de norma regulamentadora do direito à aposentadoria especial dos servidores públicos”, removeu “o obstáculo criado por essa omissão” para garantir e “tornar viável o exercício, pelos substituídos neste mandado de injunção, do direito consagrado no artigo 40, § 4º, da Constituição do Brasil, nos termos do artigo 57 da Lei n. 8.213/91.”

Na prática, o STF determinou que, para os servidores públicos, é aplicável o artigo 57 da Lei 8.213/91, que trata da aposentadoria especial do Regime Geral de Previdência Social.

Com as decisões proferidas, cujos



conteúdos eram muito parecidos com o texto da decisão acima mencionada, as entidades sindicais e os trabalhadores deram as seguintes interpretações:

- A aposentadoria especial é possível à luz do artigo 57 da Lei 8.213/91, que prevê a aposentação aos 15, 20 ou 25 anos de atividade, conforme a natureza da mesma.
- Não havia necessidade de idade mínima para a aposentadoria;
- Seria garantida a paridade e a integralidade nos proventos de aposentadoria;
- Seria possível a conversão de tempo de serviço, para quem não tivesse completado todo o período necessário para a aposentadoria especial;
- Seria possível a concessão de abono de permanência para quem tivesse completado os requisitos para a aposentadoria especial e não exercesse o direito.

Estes vetores foram formados a partir do próprio conceito da aposentadoria especial, pois não poderia o servidor ser “punido” pela condição insalubre, perigosa ou penosa que lhe fora imposta, isto é, se o servidor es-

teve submetido à condições perniciosas de trabalho, ao se aposentar pelas regras da aposentadoria especial, não poderia sofrer prejuízo com o cálculo dos proventos.

No entanto, os órgãos federais não tiveram a mesma compreensão e editaram normas administrativas conflitantes. O próprio Ministério do Planejamento que, num primeiro momento havia possibilitado a conversão do tempo de serviço, reviu sua posição e revogou a norma que previa esta possibilidade. Também interpretaram que os proventos da aposentadoria especial não seguiriam as regras da paridade e integralidade, o que provoca claríssimo prejuízo ao trabalhador.

Malgrado esta situação não seja tão recente, os fatos ganharam nova notoriedade em virtude da publicação da súmula vinculante n. 33 do STF, que assim determinou:

Aplicam-se ao servidor público, no que couber, as regras do Regime Geral da Previdência Social sobre Aposentadoria Especial de que trata o Artigo 40, § 4º, Inciso III da

Constituição Federal, até a edição de lei complementar específica.

A observância dos termos da súmula vinculante é obrigatória a todos os órgãos públicos o que significa dizer que, em tese, a aposentadoria especial, pelas regras do regime geral de previdência social, está garantida ao servidor até que lei complementar estabeleça os critérios objetivos para o exercício deste direito.

Na realidade, a súmula vinculante apenas reproduziu decisões já proferidas pelo Supremo Tribunal Federal em processos movidos por sindicatos e trabalhadores individualmente. Não houve mudança significativa na posição do STF, o que provoca grandes conflitos interpretativos, sobretudo a partir de posicionamentos dos órgãos públicos, que se revelam rebaixados em relação aos direitos dos servidores.

A conduta das Administrações se mantém, com mitigação da aposentadoria especial, em vista do corte da paridade e integralidade e negativa dos pedidos de conversão de tempo de serviço, que se constituem nas principais demandas dos trabalhadores.

Ainda não houve solução definitiva para o tema e as entidades de representação dos servidores buscam alternativas para que sejam contemplados quesitos básicos relacionados à aposentadoria: integralidade, paridade, conversão de tempo de serviço etc. Basicamente, a atuação segue nas frentes jurídica e a política, notadamente em torno do debate do projeto de lei de aposentadoria especial, que garanta as condições aqui descritas, além de demandas judiciais que discutem os direitos dos servidores que são destinatários da aposentadoria especial.

(Elaborado pelo Departamento Jurídico do Sindsef/SP)